



Mário Abrantes

Habitação: a legitimidade e o seu deliberado incumprimento

O sábado passado, dia 1 de abril, foi ocasião para milhares e milhares de portugueses de todas as idades, na maioria dos principais centros urbanos do país, saírem à rua para justamente reclamar da grande mentira que tem sido, em Portugal, o exercício do direito à habitação.

Na verdade, este e outros direitos estão consagrados na Constituição da República Portuguesa como sendo fundamentais, desde 2 de abril de 1976, tendo-se completado no passado domingo precisamente 47 anos sobre a data da sua promulgação.

“Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar” (artº 65º), cabendo ao Estado assegurar esse direito. Mas no terreno, desde a promulgação da Constituição, a realidade torna-se bem diferente: até hoje os governos que se têm sucedido na administração central do Estado e das Regiões Autónomas, partilhados fundamentalmente pelo PS e pelo PSD, não têm feito outra coisa senão andar às voltas com o problema, mais para não perderem votos do que para cumprir de facto com as suas obrigações nesta área, tal como a Constituição impõe.

Desde a falta de investimento público, de uma justa lei do arrendamento, do controlo dos preços e da falta de cuidados anti especulativos na regulação dos vistos golde do alojamento local, esses governos são definitivamente culpados pelo estado da situação habitacional no nosso país e mereciam ser penalizados eleitoralmente por isso. Não fora em muitas regiões existir, embora com limitadas competências, uma importante intervenção de muitos órgãos de poder local, e a situação seria ainda muito pior...

Daí a revolta dos cidadãos encabeçados pelo movimento “Casa para Viver”, cansados da constante falta de vontade política dos governos e nem por isso descrentes da utilidade solidária do texto constitucional para, como ficou bem demonstrado, melhor suportar e legitimar a sua luta.

Uma lição que se justifica estender a outras áreas onde a Constituição Portuguesa tem sido ao longo dos anos objeto de real falta de vontade de cumprimento por parte dos partidos do governo. Demonstrando precisamente essa falta de vontade em múltiplas áreas, ela foi até mesmo delapidada de importantes conteúdos ao longo de sete revisões (entre 1982 e 2005), sempre que às forças da direita se juntou a tibieza do

PS na Assembleia da República. Entre outros, o fim do acesso gratuito à saúde, que passou a “tendencialmente gratuito”; o fim da irreversibilidade das nacionalizações e da referência à reforma agrária; limitações ao direito à greve; aceitação da supremacia de normas da União Europeia sobre a própria Constituição e de tratados europeus sobre os quais os cidadãos não se pronunciaram.

Apesar disso, a Lei Fundamental, filha da revolução de 25 de Abril de 1974, não deixou de ser portadora de princípios e valores da liberdade alcançada, não deixou de corresponder a profundos anseios dos portugueses e de consagrar muitas das transformações revolucionárias e democráticas então operadas, permanecendo como uma das constituições mais evoluídas do mundo. Ela continua a ser um testemunho da história, um retrato da revolução, e a servir de referencial na luta pelo exercício pleno dos direitos e liberdades conquistados.



Alexandra Manes*

Dona Sofia e seus dois Duarte

Vivemos tempos em que a realidade é mais estranha do que a ficção. As narrativas vendidas por quem nos governa são muitas vezes dignas da mais cômica e trágica novela de Jorge Amado, que até assusta.

Assim vai o universo, cada vez mais reduzido, da Cultura (Assuntos Culturais) nos Açores. Num misto de fantasiosas promessas, fantasmas que cismam em assombrar quem quer trabalhar e personagens que não conseguem desligar os seus impulsos primários.

Estamos em abril de 2023 e, mais uma vez, continuamos sem saber novidades acerca dos apoios para este ano, referentes aos agentes culturais que levam os Açores para o exterior.

Dizia Sofia Ribeiro que o Regime Jurídico de apoio às Atividades Culturais seria melhorado, repensado e até fomentado, com um aumento no seu financiamento, prometido e prontamente esquecido, na mudança de diretores e diretrizes.

Com a, lamentável, saída de Brito Ventura e a entrada de Duarte Chaves voltamos a um limbo, como naqueles filmes em que acordamos e o dia é o mesmo. Assim vai a Cultura, agora relegada para “Assuntos Culturais”, nos Açores.

Nada muda para nada mudar. Para pior foi a redução no investimento em busca da fantasia da dívida zero que em tempos de uma profunda crise económico-social é um erro profundo e com consequências no presente e no futuro.

Duarte Freitas traçou esta estratégia sem olhar a prioridades e escalonamentos. Tratou tudo por igual e no final perdeu, e muito, a Cultura, que de parente pobre passou a nem fazer parte dos anseios da família social-democrata.

Relegada para os assuntos das redes sociais, o que soubemos desses Assuntos Culturais, nos últimos tempos, foi apenas o que decorreu em torno da polémica relacionada com o Convento da Esperança, que não se resolveu nem ficou

resolvida, mas foi prontamente abafada.

De apoios à criação artística, nada. De apoios às filarmónicas e restantes entidades culturais, não se fala. De verba para quem não desiste da reabilitação e valorização patrimonial, esqueçam. E iniciativas que envolvam a investigação, inovação e educação, nem sonhar é possível.

Fala-se, antes, da criação de infraestruturas e ligações ao Brasil, na sequência da sua viagem, pelas palavras de Sofia Ribeiro, secretária regional da pasta dos tais Assuntos cada vez menos culturais.

Anunciou o XIII Governo Regional que irá promover um investimento em vários municípios de Rio Grande do Sul, iniciativa que seria de louvar, não fossem as muitas e muitos artistas a viver nos Açores que se encontram no limiar da fome e da pobreza, aguardando a atenção de quem se esqueceu de lhes acudir.

Duarte Chaves é novo na pasta dos Assuntos Culturais. Não lhe atribuo mais responsabilidades do que aquelas que terá nos próximos meses. Espero que esteja à altura de defender quem precisa dele e de dar fôlego à Cultura. E de preferência de forma mais eficaz do que a usada para resolver o assunto no Convento da Esperança.

Mas, a Sofia Ribeiro e a Duarte Freitas exigem-se esclarecimentos. Há verba para os recentes anunciados investimentos? E para aumentar os apoios na Cultura por cá?

E a dívida zero? E se, por acaso, não há dinheiro para tudo, quais são as justificações que legitimam que a arte esteja a mendigar por cá, enquanto se investe por lá?

* Dirigente do BE/Açores